

A Exploração Familiar no Brasil.

Leonardo Lucas Manfio e Guilherme Ramalho dos Santos

Com contribuições dos grupos e do professor

O texto aqui resumido (capítulo do livro *A agricultura familiar*, organizado por Hugues Lamarche) tem como finalidade apresentar de forma um tanto sucinta a história agrária brasileira, para depois analisar a agricultura familiar de três regiões distintas do país: Cariri, no Nordeste; Leme em São Paulo e; Ijuí, localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

Um breve resumo histórico das origens coloniais destas regiões evidencia a prevalência de um sistema baseado nos pilares da grande propriedade, das monoculturas de exportação e da escravatura, que remonta ao início da colonização brasileira e se estende até meados do século XIX. Traçando um paralelo entre o modo camponês europeu e brasileiro, os autores deste capítulo destacam que, diferente do observado no Velho Continente, não se formou uma comunidade propriamente camponesa entre a população. Nas localidades rurais, há apenas um centro onde os trabalhadores rurais concentram suas festividades e rituais religiosos, buscando os demais serviços em meio urbano. Ou seja, não se observa assim tão forte o senso de união entre estes trabalhadores, que em muitos casos cultivam uma parcela de terra cedida por um grande proprietário e a ele prestam serviços de campo. Esse cenário é observado de forma geral, com exceção do Sul, onde houve uma divisão entre regiões onde predominam grandes propriedades (terreno plano/pampas) e outras nas quais prevalece as comunidades europeias com propriedades de menor área (região montanhosa). Deste modo, na região Sul, observa-se uma comunidade de tipo camponês entre os trabalhadores, que se unem muitas vezes em cooperativas em busca de melhorias nas condições de produção e comercialização.

A partir da década de 1960, acelerou-se o movimento de modernização da agricultura brasileira, motivado pela crescente industrialização do país na década anterior. Todavia, tal modernização concentra-se em grandes propriedades de monoculturas, marginalizando o pequeno produtor. Nesta época, outro fator que marca a agricultura familiar é o êxodo rural, principalmente dos jovens que buscam nas cidades melhores condições de vida. A partir deste contexto histórico, foram realizadas pesquisas nas três regiões citadas sobre determinados temas:

1. Relação com a Terra.

Nas regiões de Ijuí (RS) e Leme (SP) são predominantes as explorações entre 20 a 50 hectares de terra, enquanto que no Cariri (NE) predominam aquelas de menos de 20 ha. Em razão dos problemas climáticos e de solo, explorações com menos de 100 hectares dificilmente são consideradas economicamente rentáveis na região do Cariri. Já em Ijuí, cujo principal cultivo é a soja, o tamanho mínimo do estabelecimento considerado viável é de cerca de 40 hectares. Em Leme, uma produção de algodão economicamente viável com mais de 500 hectares já não se enquadraria como unidade familiar. De todo modo, nas três regiões, produtores recorrem a ‘parcerias’ familiares ou arrendamentos para viabilizar seus cultivos.

Para se ter acesso à terra, o meio mais usual é a herança familiar, sendo que no Cariri esse percentual corresponde a 28% e em Ijuí a 70% do meio para ter acesso à terra segundo os agricultores entrevistados. Quanto a Leme, a maioria dos agricultores também herdou as terras de parentes. Por apresentar maior estabilidade econômica devido à importante

união dos agricultores em relação às outras duas regiões, Ijuí é onde os produtores mais puderam se estabilizar e deixar uma herança a seus descendentes.

Embora cerca de 70% dos entrevistados de todas as regiões afirmarem que não venderiam suas terras para mudar de profissão, eles aceitariam vender esta terra para adquirir outra propriedade maior ou de melhor qualidade. Isso mostra que não há um grande vínculo do produtor brasileiro com a terra, diferente do europeu, cujo vínculo remonta a séculos. Todavia, este trabalhador sabe reconhecer a importância histórica desta terra, obtida por seus ancestrais.

2. A produção familiar e as estratégias produtivas

Observou-se uma grande distinção na lógica de exploração da terra nas três regiões. No Cariri, por se tratar de uma região com grandes desigualdades, notou-se a predominância da criação semi-extensiva de gado e de uma policultura de subsistência. As técnicas também são rudimentares, com adubos orgânicos e sem trator. Já em Leme, a produção de algodão era dominante na região, mais da metade dos entrevistados sendo cotonicultores, cujo produto era destinado majoritariamente às indústrias. Em Ijuí, todos os entrevistados produzem soja, que ocupa cerca de 63% de suas terras. Dentre os 47 agricultores de Ijuí, 35 produzem trigo durante o inverno, nas mesmas terras, o que mostra a diversificação sob um enfoque agroindustrial da região.

A produção agrícola destas regiões modificou-se bastante desde a realização da pesquisa 1988. No último censo agropecuário do IBGE (2006), os dados apresentam uma mudança significativa na produção agrícola de Leme/SP. A cultura do algodão foi praticamente abandonada (0,4% da produção municipal) e substituída pela cana-de-açúcar (89,4%). Esse processo pode ser explicado pela queda da atividade do polo industrial têxtil desde a abertura da economia na década de 90, elevando a concorrência com os tecidos importados. O aumento do preço da terra e a pressão econômica da produção sucroalcooleira contribuem igualmente a explicar tal mudança.

Na microregião do Cariri Ocidental, a maior parte da produção agrícola está concentrada no milho em grão (68%) o que difere em grande parte do Cariri Oriental, no qual a produção de forrageiras para corte representa 65% da produção agrícola. Em certa medida, estes números demonstram uma continuidade da característica da produção concentrada em grande parte na pecuária extensiva. No entanto, em relação ao município de Leme, pode-se observar que a região do Cariri apresenta um caráter mais diversificado da produção, induzido principalmente pela produção de subsistência.

Neste sentido, a produção da cidade de Ijuí/RS também está intimamente ligada à policultura. Embora boa parte da produção esteja concentrada na soja (41%) e no milho (43%), outras culturas também tem uma parcela significativa na produção municipal, ampliando a diversidade de culturas disponíveis e comercializada na própria região. Convém assinalar uma mudança significativa no que se refere à produção de trigo. Apesar de se tratar de uma cultura relativamente bem adaptada à região, os grandes riscos de produção provocaram redução acentuada deste cultivo.

Sobre a organização do trabalho, nas três regiões estudadas, o trabalho está intimamente associado à família. O trabalho doméstico e as atividades que são consideradas suas extensões, como manutenção das hortas e os cuidados com as pequenas criações, são majoritariamente exercidos pelas mulheres, bem como a educação dos filhos constitui uma função predominantemente feminina. As tarefas mecanizadas são em geral realizadas pelos homens. A venda da produção também é responsabilidade masculina. Quanto à participação das mulheres, a região do Cariri é onde elas participam mais da exploração da terra. Em Leme, devido ao fato de muitas famílias residirem na cidade, a participação das mulheres é menor. Já em Ijuí, o auxílio das mulheres é mais significativo, assumindo atividades realizadas pelos homens quando ausentes, além de outras atividades agrícolas de modo permanente. Nas três regiões estudadas, há

contratação de mão-de-obra para auxiliar na produção. Em Leme, além de haver parceiros habitando e produzindo em localidades mais distantes em alguns casos, há também a contratação de empregados temporários para a colheita manual do algodão, o que ocorre segundo todos os entrevistados. Em Ijuí, o emprego de assalariados é menos significativo e ocorre, em sua maioria, por um período temporário e curto. Neste quadro, há 17 agricultores que dependem exclusivamente do trabalho dos membros da família. Outros seis que possuem uma área maior empregam trabalhadores fixos. O auxílio mútuo é bastante comum nesta região a fim de reduzir gastos. Finalmente, no Cariri o auxílio mútuo também é uma prática comum e mais demandada em propriedades onde existem sistemas irrigados. Tal prática ocorre em grande parte quando a mão-de-obra familiar é insuficiente para realização das tarefas. A remuneração destes trabalhadores se constitui geralmente de uma participação da colheita, tratando-se geralmente de parte da família dos proprietários. Há também uma pequena parcela de produtores que contrata mão-de-obra fixa.

Os dados necessários para calcular os resultados da produção mercantil das três regiões são escassos. No Cariri, 80% dos agricultores declaram rendimentos inferiores a um salário mínimo, lembrando a predominância da produção de subsistência nesta região. Há pouca variação entre as propriedades irrigadas e não irrigadas. O rendimento médio por hectare da superfície agrícola é bem inferior a um salário mínimo. Os produtores de Leme em geral são aqueles que têm apresentado melhor resultado financeiro: o rendimento médio por hectare produzido nesta região está situado entre um terço a dois terços de um salário mínimo e seus rendimentos líquidos foram em todos os casos superiores a um salário mínimo, com média bem superior a este patamar. Em Ijuí, os rendimentos líquidos de 62% dos agricultores estão entre um e seis salários mínimos e o rendimento por hectare é de aproximadamente 10% de um salário mínimo.

O Cariri é a região onde há mais familiares que dividem um mesmo teto e mais exercem atividades externas remuneradas. É também o lugar onde mais familiares declaram ter uma receita externa não proveniente do trabalho agrícola. Convém lembrar que estes rendimentos em geral são bastante baixos, mas importantes complementos da receita obtida. Em Leme, o trabalho externo das famílias é pouco significativo e, quando existe, é efetuado por membros da família que não auxiliam na exploração da terra. Ijuí, devido à locação de máquinas para terceiros, tem uma atividade externa superior àquela de Leme. No entanto há também em Ijuí atividades externas com contrato de trabalho, assim como em Leme.

3. Estratégias Familiares.

Estratégias familiares são respostas dadas por cada família a fim de assegurar ao mesmo tempo a sua própria sustentação, além da reprodução do estabelecimento. Antes de tentar entender como ocorre este processo, é necessário um conhecimento maior acerca das famílias encontradas nas três regiões.

No Cariri, são encontradas as famílias mais numerosas e o maior número de grandes famílias: 43% delas têm ao menos seis filhos e 51% dos grupos domésticos conta com, no mínimo, seis pessoas. Em Leme, 52% das famílias têm dois ou três filhos e 74% dos grupos domésticos são constituídos de três a cinco pessoas. Em Ijuí, a estrutura familiar é mais diversificada, cerca de 60% das famílias tem de três a cinco pessoas e aproximadamente um terço tem pelos menos seis.

Segundo o Censo de 2010, é possível observar mudanças na estrutura familiar que ocorrem ao longo dessas quase duas décadas desde a publicação do livro de Lamarche. A taxa de fecundidade no ano 2000, fornecida pelo IBGE, mostra uma nítida queda no tamanho da família destas três regiões. Em Ijuí/RS, tal taxa representa 1,74 filhos por mulher ao longo de seu ciclo reprodutivo, praticamente semelhante a Leme/SP, cuja taxa é de 1,80. Já no Cariri, a taxa se situa em 2,04 filhos por mulher. Portanto, a região nordestina apresenta a taxa mais alta dentre as três consideradas.

Por outro lado, o futuro dos filhos é uma preocupação comum entre os agricultores entrevistados. No entanto este futuro é construído e percebido de diferentes formas nas regiões estudadas. No Cariri, no conjunto das profissões exercidas pelos filhos dos chefes de família entrevistados, aqueles que se encontram no setor agrícola não somam mais do que 45,5%. É fato que nessa região a possibilidade dos filhos se manterem em atividades agrícolas é dificultada por vários fatores. As mulheres ocupam boa parte do seu tempo em atividades doméstica, seu apoio nas atividades agrícolas sendo subvalorizado. Na região de Ijuí, a profissão de agricultor ocupa a maior parte dos filhos (51%) e também das filhas (51%). Em Leme, a atividade predomina ainda mais do que em Ijuí em relação aos filhos homens: 72% declaram-se agricultores. Porém, apenas 13% das filhas afirmam serem agricultoras. Tantos para os filhos quanto para as filhas dos moradores deste município do Rio Grande do Sul, a condição de agricultor é aceita e desejada, o mesmo acontece com os filhos dos agricultores da cidade de Leme. Já para os filhos(as) da cidade de Cariri e as filhas das famílias de Leme, a permanência nas atividades agrícolas não é a mais almejada pelos pais.

No que se refere à educação destes filhos, é na Paraíba que o acesso à escola é o mais precário. A grande maioria dos filhos (as) frequentou a escola ao menos por quatro anos, mas são raros os casos em que atingiram ou ultrapassaram oito anos de estudo. Em Ijuí bem como em Cariri, a escolaridade média das moças é superior àquela dos homens, tendo 47% dos homens e 51% das mulheres estudados em média de quatro a oito anos. Em São Paulo, são os homens que estudam mais: 43% deles frequentaram escola por mais de 8 anos enquanto que as filhas em sua maioria (55%) não passaram dos quatro anos de escolaridade.

Segundo os dados do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (IPEA) sobre os anos de estudo da população com 25 anos ou mais municipal, entre as três regiões estudadas, o Cariri apresentou o pior resultado. Em 1991 a microrregião do Cariri possuía somente 36,7% da sua população com 4 ou mais anos de estudo. Em 2000, a taxa passa a ser de 47,8%. Já Leme apresentou resultado moderado. Em 1991 a taxa de população com 4 ou mais anos de estudo era de 58,3%. Em 2000, passa a ser de 67,4%. Ijuí apresentou o melhor resultado, com 75,5% da sua população com 4 ou mais anos de estudo. Em 2000, essa taxa passa a ser de 81,1%.

Os agricultores do Cariri têm mais da metade de seus filhos residindo na mesma casa e um terço tem seus filhos adultos perto. Tal condição ocorre em muitos casos pela falta de oportunidade que essas pessoas têm de tornarem-se independentes de sua família. No Rio Grande do Sul, a moradia em comum de filhos e pais também é constante: 50% dos entrevistados dessa região mantêm mais da metade dos filhos adultos no lar paterno e 29% moram com todos os filhos. Em Leme, 42% dos filhos moram na casa paterna diante de apenas 24% das filhas. No Cariri bem como em Ijuí, ocorre emigração por parte dos filhos, o que não ocorre em Leme. Porém em Ijuí, daqueles que emigram, poucos deixam de ter contatos ocasionais com sua família. Já no Cariri, existem casos até de filhos que jamais visitaram os pais. Nas três regiões, o lar paterno permanece como um centro de convergência. No entanto, os laços de solidariedade do ponto de vista financeiros diferem segundo as regiões. Enquanto que em Ijuí e em Leme as atividades externas servem apenas para o uso pessoal dos filhos, no Cariri os rendimentos obtidos com as atividades externas dos filhos revertem-se parcial ou até mesmo integralmente a própria família.

Aqui convém assinalar a importância do debate sobre o êxodo rural dos jovens. O fenômeno é mais observado do ponto de vista do desinteresse pela vida rural do que como estratégia familiar. De todo modo, uma análise profunda da juventude como uma categoria social leva a considerar a pressão das crises e as mudanças da realidade no campo. Neste debate, a educação do campo, com um conteúdo teórico-pedagógico ajustado à realidade desses jovens com sua formação política, é frequentemente vista como questão estratégica. A análise do tema deve considerar também as organizações da juventude rural, sua participação nos movimentos sociais e sindicatos. Nestes lugares, os jovens

reivindicam direitos de acesso e permanência à terra. Os problemas enfrentados pelos jovens do campo é parte de um contexto maior de dificuldades da pequena produção familiar, no âmbito por exemplo da produção ou do acesso à escola. Neste ponto, é oportuno destacar o Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) que visa facilitar o acesso a uma formação fundada na identidade da juventude rural.

4. Relações com a Sociedade.

Em Leme uma parte considerável dos agricultores entrevistados mora no perímetro urbano e é na própria cidade onde eles mais exercem sua sociabilidade. Além disso, a grande maioria prefere a cidade ao campo em todos os aspectos. Na Paraíba, os agricultores residem em pequenos lugarejos dispersos ou no interior de grandes propriedades. É na vizinhança onde as relações sociais predominantemente ocorrem, vizinhança composta em sua maioria por familiares. Poucas são as responsabilidades coletivas fora deste círculo familiar. No que diz respeito às condições de vida, apesar de valorizarem certos aspectos da vida no campo, como as condições de moradia, ainda assim a cidade é mais valorizada por oferecer outros serviços. Em Ijuí, a vida local é mais dinâmica e “autônoma” em relação à cidade. A vida no campo é mais valorizada e a interação social das famílias se concentra na igreja, escola, área de lazer e por vezes na cooperativa. Portanto, a vida social na localidade rural é mais intensa, a participação nas manifestações locais sendo muito frequente.

No Nordeste, os agricultores estimam que o grupo social que mais intervêm na vida local são os políticos, seguidos pelo clero. Vale lembrar aqui a figura do coronelismo e dos “favores” dos poderosos no âmbito do Estado. A consciência das diferenças sociais não é muito clara e a opinião acerca da situação dos agricultores é negativa, bem como em Ijuí. Em Leme, a opinião é diferente. Muitos afirmam até experimentar uma ascensão social. Ainda em Leme, uma maior influência é atribuída aos proprietários fundiários, aos industriais e aos próprios agricultores. Não há reconhecimento da influência do clero assim como em Ijuí, onde os grupos julgados dominantes diferem do paulista apenas por excluírem os proprietários fundiários. Nesta região, os entrevistados consideram as cooperativas mais relevantes.

A maioria dos agricultores das três regiões (80%) afirma que o Estado tem um papel a desempenhar na agricultura e julga até que sua intervenção é insuficiente. Em São Paulo, é onde os agricultores estão mais satisfeitos com sua representação política, apesar de 94% acreditarem que a atual política agrícola lhes seja desfavorável. Suas críticas não chegam a representar uma resistência contra o modelo vigente. Em Ijuí, os agricultores mostram-se mais insatisfeitos quanto à política, manifestando uma opinião mais crítica das três regiões em relação ao Estado e à política agrícola geral. Convém lembrar que estes produtores mantêm uma longa tradição de organização, comumente em cooperativas, as quais auxiliam na sua representação política. Também no Cariri, a política agrícola vigente foi considerada desfavorável. Os agricultores aí avaliam que não exercem influência alguma na política agrícola.

O termo “produtor rural” é usado por quase a totalidade dos agricultores das três regiões, embora 1/3 dos residentes da região sul tenha se definido como “trabalhador rural” e uma porcentagem um pouco menor na Paraíba também. Esta definição de produtor rural se apresenta fundamentalmente em oposição ao assalariado. Em suma, a identidade do agricultor familiar brasileiro está ainda em construção e apenas será construída a partir da convicção de que o agricultor constitui uma categoria social particularmente diferente em relação aos grandes proprietários e empreendedores rurais, assim como aos trabalhadores assalariados. Não obstante, a legitimidade da categoria dos agricultores familiares está longe de ser socialmente reconhecida. Em primeiro lugar em razão das dificuldades de

acesso às condições mínimas de exercício desta atividade e dos obstáculos para sua reprodução. Em segundo lugar, as dificuldades em delimitar seu próprio espaço social também devem ser consideradas aqui.